

MULTICULTU- RALISMO E DEMOCRACIA

Ângela Montalvão Machado

Docente de Ciência Política da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Introdução

Subordinado ao tema «Multiculturalismo e Democracia», propomo-nos realizar um pequeno estudo, onde tentaremos encontrar algumas pistas que nos permitam responder à pergunta «podemos considerar o multiculturalismo como um desafio à democracia?».

Parece-nos pertinente, antes de mais, definir democracia, como a entendemos contemporaneamente, enquanto democracia liberal e definir multiculturalismo.

Num mundo onde a Globalização é a palavra de ordem, onde a homogeneização parece ser um caminho sem retorno, onde fica o lugar da diversidade?

A tradição democrática liberal é formada por um ideal de liberdade, igualdade e realização que, na melhor das hipóteses, foi realizado apenas parcialmente e que poderá não estar ainda completamente imaginado. Será que a perspectiva democrática liberal minimiza a necessidade humana de identidades culturais autónomas e seguras?

A democracia liberal questiona a exigência de envolver a política na preservação das identidades de cada grupo ou na sobrevivência de subculturas que, de outro modo, não poderiam progredir através da livre associação de cidadãos. E, no entanto, as instituições democráticas, mais do que quaisquer outras, levam geralmente os cidadãos a confrontarem-se com um conjunto diversificado de valores culturais.

Um dos desafios lançados pelo multiculturalismo à democracia liberal que talvez nos pareça, à partida, mais evidente, é a dúvida de poder existir uma política de reconhecimento que respeite a pluralidade de identidades culturais e que não restrinja a vida das pessoas a uma espécie de guião.

A questão essencial talvez seja saber que comunidades podem ser criadas com justiça e conservadas independentemente da diversidade humana. Novos poderes de criação e de destruição estão à disposição de sociedades cada vez mais interdependentes, com culturas, governos e religiões verdadeiramente diversificados.

O multiculturalismo parece constituir um desafio, colocando problemas que a democracia, por exigência da humanidade, terá de mostrar a sua capacidade de resolver com bom-senso.

Dois conceitos – Democracia e multiculturalismo

Winston Churchill definiu democracia como «o pior dos regimes à excepção de todos os outros», ou seja, o regime menos mau que os homens conseguiram inventar, que permite, da forma mais equilibrada e harmoniosa possível, que convivam os dois valores, desde sempre cerne de toda a Política – liberdade e igualdade.

Karl Popper e Isaiah Berlin, entre outros, dedicaram uma vida a abordar conceitos como tolerância, pluralismo, liberdade, igualdade,

defendendo que estes só podem ser preservados dentro de uma *sociedade aberta*, uma sociedade democrática que esteja permanentemente em guarda perante os seus inimigos – os regimes totalitários, quer sejam de esquerda ou de direita.

Assim, a democracia liberal apresenta-se, aparentemente, como o pano de fundo favorável para o desenvolvimento do multiculturalismo. Mas como podemos definir multiculturalismo? Diz Charles Taylor que a nossa identidade é construída a partir do reconhecimento dos outros. O não reconhecimento ou o reconhecimento não adequado pode ser uma ofensa ou uma injustiça. O multiculturalismo luta pelas minorias e outros grupos, como certas formas de feminismo, procurando o reconhecimento dos membros destes grupos que necessitam estabelecer uma forte identidade.

Citando Nathan Glazer, referindo-se aos Estados Unidos (matriz por razões históricas do multiculturalismo), «o multiculturalismo está longe de ser um termo descritivo neutro, embora seja possível descrever a diversidade étnica e das minorias neste país de uma forma neutra».¹ Existem vários caminhos para responder a esta realidade. Para muitos que defendem o multiculturalismo, «é uma posição que rejeita a assimilação e a imagem do *melting pot* (caldeirão) por serem impostas pela cultura dominante, preferindo, antes, metáforas, como *salad bowl* (saladeira) e *glorious mosaic* (mosaico glorioso), que permitem que todos os elementos étnicos e raciais da população mantenham os seus traços distintivos».²

O termo multiculturalismo é muito recente (só em 1989 figura na edição revista do *Oxford English Dictionary*) e atingiu o seu «boom» nos anos 90, mais propriamente em 1994, o ano da batalha de Lake County. Assim sendo, nos últimos anos, a questão da identidade nacional tem-se tornado motivo de intensa preocupação, debate e contestação em todo o mundo. Os críticos do multiculturalismo consideram-no, geralmente, um movimento centrífugo, sendo descrito, com grande preocupação, pelos comentadores, como uma ameaça à unidade nacional. Como recentemente alertou a revista *Time* «a crescente ênfase na herança multicultural dos Estados Unidos exalta o orgulho étnico e racial em detrimento da coesão nacional»³!

Em termos históricos, uma forma de interpretar o multiculturalismo vê-lo-ia como consequência do desaire do projecto do moderno Estado-Nação, que enfatizava a unidade e semelhança – a identidade – sobre a diferença e a diversidade. Enquanto o clássico Estado-Nação moderno valorizava a homogeneidade, o multiculturalismo valoriza a diversidade.

Quando um Governo adopta uma política multicultural activa, parte do princípio explícito de que a diversidade cultural é positiva para a nação e é necessário promovê-la activamente. Se uma política governamental como esta não existe, os imigrantes ficam entregues a si

próprios e à tarefa de encontrarem o seu lugar na nova sociedade, acreditando-se que serão rapidamente absorvidos na, e pela, ordem cultural estabelecida (ou, quando isto não acontece, acabando na classe mais baixa ou nos guetos étnicos).

O debate está lançado. O problema gira à volta da harmoniosa convivência entre a democracia liberal e o multiculturalismo. Um dos desafios será o da preservação da identidade nacional, da «national unity». Mas há que distinguir entre Estado e Nação. Estado representa os aspectos legais e financeiros, ou seja, os aspectos burocráticos da unidade administrativa, Nação representa a experiência do povo dentro de um Estado, unido por uma língua, cultura e tradição comuns.

A «reificação» do Estado atingiu o seu apogeu filosófico na obra de Hegel. Contudo, o Estado não é idêntico às pessoas que o habitam.

Política de reconhecimento

As instituições políticas, incluindo a administração central, as escolas e os estabelecimentos de ensino superior dedicados aos estudos humanísticos, têm sido ultimamente objecto de duras críticas por não reconhecerem ou respeitarem as diversas identidades culturais dos cidadãos. Nos Estados Unidos, a polémica centra-se com mais frequência nas necessidades dos americanos de ascendência africana e asiática, dos nativos e das mulheres.

É difícil encontrar, hoje em dia, uma sociedade democrática que não seja palco de alguma polémica sobre a questão de se saber, se e como, as suas instituições políticas deveriam melhorar a capacidade de reconhecerem as identidades das minorias culturais e sociais. Portugal é também exemplo disso, fruto da (des)colonização.

A política de reconhecimento constitui um desafio próprio das democracias liberais, porque estão, por princípio, empenhadas na representação igualitária de todos. A questão está na forma de reconhecimento das identidades culturais distintas dos membros de uma sociedade pluralista, por parte das instituições públicas.

Existem dois caminhos: Um, o da neutralidade de esfera pública. Isto é, os cidadãos deveriam estar dispostos a pagar o preço de viverem numa sociedade que os trata como iguais, independentemente das suas próprias identidades étnicas, religiosas, raciais ou sexuais. Ignorando, portanto, as identificações. Esta neutralidade inclui, não só a administração central, mas também instituições como a Universidade de Princeton, entre outras universidades liberais.

Esta posição, preocupa-se apenas com a defesa da nossa liberdade e igualdade, enquanto cidadãos livres e iguais, com características comuns. Todos temos necessidades universais, independentemente das nossas identidades culturais próprias, de «bens primários» como o rendimento, os cuidados de saúde, a educação, a liberdade religiosa, a liberdade de consciência, de expressão, de imprensa e de associação, o

¹ Nathan Glazer, *We are all Multiculturalists Now*, Harvard University Press, 1997, p. 10.

² Idem.

³ *Time*, *Whose America?*, July 8, 1991.

direito à defesa legal, o direito de voto e o direito de exercer um cargo público. Nesta perspectiva, as instituições públicas não precisam de reconhecer as identidades culturais, preocupando-se em defender os interesses comuns, independentemente da raça, religião, etnia ou sexo.

Se esta é a posição do liberalismo contemporâneo, podemos perguntar-nos se, o outro caminho, o da política de reconhecimento, reivindicada pelo multiculturalismo, pode ser considerado *iliberal*? Cremos que não, pois é necessário interrogarmo-nos mais sobre os requisitos para que as pessoas sejam tratadas como livres e iguais. Se as pessoas têm necessidade de um contexto cultural seguro que lhes permita dar significado e orientação para as suas opções de vida, então esse tipo de contexto deverá constar dos bens essenciais primários para que as pessoas satisfaçam o seu desejo de uma vida boa.

Assim sendo, os estados democráticos liberais são obrigados a ajudar os grupos com problemas sociais a preservarem as suas culturas contra intrusões por parte das culturas maioritárias. Reconhecer e tratar os membros de alguns grupos como iguais, exige das instituições públicas que admitam, em vez de ignorarem, as especificidades culturais de cada grupo.

Aqui surge-nos outro problema, se pensarmos no *conteúdo* de algumas culturas. Será que uma sociedade democrática liberal deve respeitar culturas, cuja atitude de superioridade étnica ou racial, antagonizam com outras culturas? Como é que se concilia o respeito por uma cultura deste tipo com o objectivo do tratamento igualitário para todos? Quais devem ser, então, os limites morais relativamente à necessidade legítima de reconhecimento político das culturas específicas?

Charles Taylor apresenta uma perspectiva muito interessante em «The Politics of Recognition». Remontando às controvérsias políticas que se alimentam do nacionalismo, do feminismo e do multiculturalismo, dá-nos a conhecer uma perspectiva filosófica, historicamente concebida, sobre as reivindicações de política de reconhecimento das identidades específicas das pessoas.

Diz Taylor que, no Antigo Regime, quando uma minoria podia esperar o tratamento de honra (através dos títulos de *Lady e Lord*), e a maioria não podia aspirar ao reconhecimento público, esta exigência era desnecessária para alguns e escusada para todos os outros. Só com o fim das hierarquias sociais estáveis é que a reivindicação de reconhecimento público se tornou um lugar comum, juntamente com a dignidade de cada indivíduo.

No entanto, o desaparecimento da honra aristocrática e a reivindicação de igualdade entre cidadãos não acabou com os problemas e conflitos, como aspirava, entre outros, Rousseau. Igualdade não é sinónimo de identidade. Homogeneizar pode transformar-se facilmente em totalitarismo e é, como argumenta Taylor, um preço demasiado alto a pagar pela política de reconhecimento.

A concepção dos seres humanos como seres únicos, auto-formatantes e criativos não deve ser confundida com uma perspectiva

«atomística» dos indivíduos que criam as suas identidades de *novo* e procuram alcançar os seus fins de forma autónoma. Uma parte da unicidade dos indivíduos resulta dos modos como integram, meditam e modificam a sua própria herança cultural e a daqueles com quem contactam.

Segundo Taylor, a identidade humana é criada *dialogicamente*, como reacção às nossas relações, incluindo os próprios diálogos com os outros. Assim, a dicotomia entre indivíduos formados atomisticamente e indivíduos formados socialmente, é falsa. Se a identidade humana é dialogicamente criada e constituída, então o reconhecimento da nossa identidade exige uma política que nos dê espaço para decidirmos publicamente sobre todos aqueles aspectos da nossa identidade que partilhámos, potencialmente, com outros cidadãos.

Uma sociedade que reconhece a identidade individual é uma sociedade democrática, deliberativa, porque a identidade individual é, em parte, constituída por diálogos colectivos. As instituições públicas não devem e não podem ignorar a necessidade de reconhecimento por parte dos cidadãos. Soluções milagrosas, Taylor não apresenta porque não existem. A democracia liberal está, sem dúvida, a ser desafiada pelo multiculturalismo.

O paradigma americano

Se até agora tentamos abordar, de uma forma geral, os desafios que o multiculturalismo pode fazer a qualquer democracia liberal, vamos agora tentar perceber o caso americano, um dos mais paradigmáticos.

Como já vimos, o pleno reconhecimento público da igualdade dos cidadãos exigiria duas formas de respeito: a primeira, relativamente ao carácter único das identidades dos indivíduos, independentemente do sexo, da raça ou da etnia; a segunda, relativamente àquelas actividades, práticas e modos de perspectivar o mundo que são particularmente valorizadas por, ou associadas a, membros dos grupos minoritários, onde se incluem as mulheres, os americanos de ascendência asiática e africana, os americanos nativos e toda uma multiplicidade de outros grupos existentes nos Estados Unidos.

Steven Rockefeller reflecte sobre a interpretação incorrecta do segundo tipo de respeito – indivíduos que se identificam com grupos culturais específicos. Se os membros se identificam publicamente com as características, as práticas e os valores dominantes do respectivo grupo, poder-se-ia perguntar se as identidades específicas dos americanos, como homens ou mulheres, americanos de ascendência asiática ou africana, americanos nativos, cristãos, judeus ou muçulmanos, passarão a sobrepor-se à identidade universal como pessoas.

O reconhecimento da unicidade e humanidade de cada indivíduo constitui a pedra angular da democracia liberal, entendida como um modo de vida político e pessoal. Assim sendo, a diversidade, como valor

democrático liberal que é, não pode ser sustentada pela necessidade de conservar no tempo as culturas distintas e únicas, o que iria proporcionar a cada grupo de pessoas uma cultura e identidade seguras para elas próprias e para as futuras gerações, mas sem alargamento de horizontes culturais, intelectuais e espirituais.

Será que esta perspectiva democrática liberal minimiza a necessidade humana de identidades culturais autónomas e seguras? Cremos que não é possível responder com segurança a esta pergunta. No entanto, ao advogar a diversidade, a democracia liberal está a adoptar, não uma perspectiva particularista, mas sim universalista.

Em que é que consiste, então, a perspectiva universalista, através da qual a democracia liberal considera e valoriza o multiculturalismo? Michael Walzer afirma que poderá haver não uma, mas duas perspectivas universalistas que orientam as democracias liberais em diferentes direcções políticas. Existe um princípio universalista que é aceite geralmente pelas pessoas que acreditam sem reservas na igualdade humana, e que se encontra institucionalizado, de forma incompleta, nas sociedades democráticas liberais: «As pessoas devem ser tratadas como seres livres e iguais». No entanto, sobre este princípio existem duas interpretações aceitáveis e com consequências históricas.

Uma delas pressupõe neutralidade política entre as diversas e muitas vezes conflituosas concepções de uma vida boa existentes na sociedade pluralista. Como paradigma desta perspectiva, temos a doutrina norte-americana de separação entre Igreja e Estado, segundo a qual o Estado não só protege a liberdade religiosa de todos os cidadãos, como também impede, na medida do possível, que qualquer das suas instituições se identifique com uma determinada confissão religiosa.

A segunda interpretação não põe a tónica na neutralidade, devido às consequências ou para justificar políticas governamentais, antes permite que as instituições públicas estimulem alguns valores culturais específicos sob três condições: que os direitos fundamentais de todos os cidadãos, incluindo as liberdades de expressão, pensamento, religião e associação, devem ser protegidos; que ninguém deve ser manipulado (e muito menos coagido) a aceitar valores culturais que as instituições representam; e que os funcionários e instituições públicas que fazem opções culturais são democraticamente responsáveis por essas opções, não só em princípio, mas também na prática.

O paradigma desta perspectiva traduz-se no apoio e controlo democrático à educação nos Estados Unidos. A par da exigência de separação entre Igreja e Estado, a Constituição norte-americana garante aos estados federados um vasto campo de acção para definirem o conteúdo cultural da educação das novas gerações. Longe de exigir neutralidade, a política educacional norte-americana encoraja cada comunidade local a organizar o seu sistema de ensino, em parte de acordo com a sua própria imagem cultural, desde que não viole os direitos fundamentais, tais como a liberdade de consciência ou a separação entre Igreja e Estado.

Walzer vê estas duas perspectivas universalistas como definições de duas concepções diferentes de liberalismo, sendo a segunda mais democrática do que a primeira. O «Liberalismo 2», como Walzer lhe chama, permite às comunidades democráticas definirem as suas políticas dentro dos limites gerais do respeito pelos direitos do indivíduo e permite-lhes também escolher políticas que são mais ou menos neutras no que toca a identidades culturais específicas dos grupos.

Mas, precisamente porque o Liberalismo 2 é democrático, é que se pode optar pelo Liberalismo 1, o da neutralidade estatal, através do consenso democrático. Segundo Walzer, esta foi exactamente a opção democrática dos Estados Unidos. E seria igualmente o Liberalismo 1 integrado no Liberalismo 2 que Walzer escolheria, porque o importante é os Estados Unidos evoluírem, a par da compreensão social dominante, como sociedade de imigrantes, onde cada grupo cultural é livre de lutar pela sua sobrevivência, e não o apoio ou reconhecimento dos projectos culturais específicos por parte de cada Estado federado.

Discussões acérrimas sobre o multiculturalismo têm-se verificado nas universidades americanas. Não podemos deixar de relatar um episódio que ilustra bem a controvérsia à volta deste tema. Na Universidade de Stanford, gerou-se a polémica devido ao curso de «Cultura Ocidental» ter a duração obrigatória de apenas um ano. Nesse curso, os estudantes deveriam escolher uma cadeira de entre as oito existentes, que tinham em comum uma bibliografia obrigatória de quinze obras de pensadores clássicos, tais como Platão, Homero, Dante e Darwin. O resultado foi a substituição do mencionado curso por outro designado «Cultura, Ideias e Valores», que acrescentava obras de alguns autores não europeus e obras de autores femininos, afro-americanos, hispânicos, asiáticos e nativos a um grupo obrigatório e restrito de clássicos.

O importante, talvez seja perceber que a democracia liberal sempre tentou pautar-se pelo equilíbrio e que nem a democracia americana, nem qualquer outra, se pode dar ao luxo de cair num relativismo que seria a destruição de si própria, da diversidade e do multiculturalismo, como valores inerentes da dignidade humana.

Conclusão

Tentamos deixar algumas pistas. Deparamo-nos com muitas dúvidas, muitas perguntas sem resposta. Seja como for, o debate à volta do multiculturalismo veio para ficar. Perante o desafio que a sua existência implica para as democracias liberais, parece-nos que, como sempre, não há soluções mágicas e é precisamente essa realidade o maior desafio que a humanidade e as democracias liberais enfrentam.

As sociedades e comunidades multiculturais que defendem a liberdade e a igualdade para todos baseiam-se no respeito mútuo pelas diferenças culturais, políticas e intelectuais que não ultrapassem os limites

do bom-senso. O respeito mútuo implica a vontade e capacidade generalizadas de conciliar os nossos desentendimentos, de defendê-los perante aqueles de quem discordamos, de discernirmos entre divergência respeitável e desrespeitável, e de nos abirmos e sermos receptivos à mudança quando precedida de crítica bem fundamentada.

A garantia moral do multiculturalismo depende da prática destes méritos de deliberação.

A disponibilidade para decidir sobre as nossas diferenças respeitáveis também faz parte do ideal político democrático, como alertava Hayek: «A democracia não pode ser ilimitada. A maioria, pelo simples facto de o ser, não pode decidir assassinar a minoria»⁴!

Como Nathan Glazer, acreditamos que as mudanças têm de se fazer «por dentro», têm de ser as pessoas a «educarem-se», a progredirem como seres humanos, individual e voluntariamente. Esta evolução, ainda que lenta, será sempre muito mais sólida e eficaz do que qualquer medida governamental e «entretanto, temos o multiculturalismo»⁵.

Gostaríamos de encerrar este estudo, citando João Carlos Espada: «Porque os indivíduos são livres e iguais enquanto cidadãos, podem ser livres e diferentes enquanto indivíduos»⁶.

Que o multiculturalismo sirva para que os homens cresçam em dignidade e obriguem a democracia a crescer com eles.

Bibliografia

- BALL, Terence, DAGGER, Richard, *Political Ideologies and The Democratic Ideal*, Harper Collins College Publishers, 1995.
- BERLIN, Isaiah, *Four Essays on Liberty*, Oxford University Press, 1969.
- ESPADA, João Carlos, *Direitos Sociais de Cidadania*, INCM, 1997.
- GLAZER, Nathan, *We Are all Multiculturalists Now*, Harvard University Press, 1997.
- GLAZER, Nathan and Daniel Patrick Moynihan, *Beyond The Melting Pot: The Negroes, Puerto Ricans, Jews, Italians and Irish of New York City*, Cambridge, Mass.: MIT Press, 1963.
- HAYEK, Friedrich, *The Road to Serfdom*, London: Routledge, reprinted in paper-back, 1991.
- POPPER, Karl, *The Open Society and its Enemies*, Princeton University Press, 1966.
- TAYLOR, Charles, *The Politics of Recognition*, Cambridge University Press, 1994.
- TORRES, Rodolfo, MIRÓN, Luis, INDA, Jonathan, *Race, Identity and Citizenship*, Blackwell Publishers, 1999.
- WALZER, Michael, *Spheres of Justice*, Oxford, Basil Blackwell, 1993.

⁴ Friedrich Hayek, *The Road to Serfdom*, p. 52.

⁵ Nathan Glazer, *Idem*, p. 146.

⁶ J. C. Espada, *Direitos Sociais e Cidadania*, INCM, 1997, p. 264.